

TOKE INVEST SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF 27.956.690/0001-03

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, A Administração da TOKE INVEST SECURITIZADORA S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, com o Relatório dos Auditores Independentes relativos aos exercícios findos 31 de dezembro de 2021 comparativos com 31 de dezembro de 2020. Em atendimento à instrução CVM nº 381 de 14 de janeiro de 2003, informamos que a empresa Auditor Auditores Independentes S/S foi contratada pela Companhia, para prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia de 31 de dezembro de 2021, e não prestou, desde a sua contratação serviços não relacionados à auditoria externa. Atenciosamente, **Toke Invest Securitizadora S.A. Rafael de Lima** - Diretor Presidente.

Balço patrimonial dos exercícios findos em: (Valores expressos em reais)

ATIVO	Nota	31/12/2021	31/12/2020	PASSIVO	31/12/2021	31/12/2020
			Reclassif.			
Ativo Circulante				Passivo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	5	112.266	1.098	Empréstimos e Financiamentos	9	198.452
Direitos creditórios		125.984		Obrigações com fornecedores		140.276
Outros Créditos			54.396	Obrigações tributárias		48.175
				Otras obrigações	10	170.213
Total do ativo circulante		238.250	55.494	Passivo Não Circulante		265.398
				Otras obrigações		
Ativo não circulante				Passivo Não Circulante		
Realizável a longo prazo	6	2.450.409		Títulos e valores mobiliários	10	12.000.000
Imobilizado	7	9.225	11.406	Títulos e valores mobiliários	11	3.048.006
Investimentos	8	12.000.000		Patrimônio líquido	12	15.046.006
				Capital social		601.666
Total do ativo não circulante		14.459.634	11.406	(-) Capital a integralizar		(36.400)
				Prejuízos Acumulados		(1.470.504)
Total do Ativo		14.697.884	66.900	Total do patrimônio líquido		(198.498)
				Total do Passivo		14.697.884
						66.900

Demonstração das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em: (Valores expressos em reais)

	Capital social subscrito	(-) Capital a integralizar	Prejuízos Acumulados	AFAC	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	100.000	-	(458.168)	431.266	73.098
AFAC	431.266	-	-	(431.266)	-
Aumento de Capital Social	70.400	(70.400)	-	-	-
Integralização de Capital Social	-	34.000	-	-	34.000
Resultado do exercício	-	-	(305.596)	-	(305.596)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	601.666	(36.400)	(198.498)	(763.764)	(356.596)
Resultado do exercício	-	-	(706.740)	-	(706.740)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	601.666	(36.400)	(1.470.504)	(905.238)	(905.238)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021

1) Contexto Operacional: A Toke Invest Securitizadora S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto criada em 07 de abril de 2017, tem como objetivo social a (i) a aquisição e securitização de direitos creditórios do agronegócio e de títulos e valores mobiliários lastreados em direitos de crédito do agronegócio; (ii) a aquisição e securitização de direitos creditórios imobiliários e de títulos e valores mobiliários lastreados em direitos de crédito imobiliário; (iii) a aquisição e securitização de direitos creditórios judiciais e de títulos e valores mobiliários lastreados em direitos creditórios judiciais; (iv) a aquisição e securitização de direitos creditórios corporativos e de títulos e valores mobiliários lastreados em direitos creditórios corporativos; (v) a emissão e a colocação de forma pública ou privada, no mercado financeiro e de capitais, de Certificados de Recebíveis do Agronegócio e outros títulos e valores mobiliários lastreados em direitos creditórios do agronegócio que sejam compatíveis com as suas atividades; (vi) a emissão e a colocação de forma pública ou privada, no mercado financeiro e de capitais, de Certificados de Recebíveis Imobiliários e outros títulos e valores mobiliários lastreados em direitos de crédito imobiliário que sejam compatíveis com as suas atividades; (vii) a emissão e a colocação de forma pública ou privada, no mercado financeiro e de capitais, de Debêntures e outros títulos e valores mobiliários lastreados em direitos de crédito judiciais ou corporativos que sejam compatíveis com as suas atividades; (viii) a realização de negócios e a prestação de serviços compatíveis com a atividade de securitização de direitos creditórios do agronegócio, direitos de crédito imobiliário, direito creditório judicial ou direito creditório corporativo e emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio, Certificados de Recebíveis Imobiliários, Debêntures ou outros títulos e valores mobiliários lastreados em direitos creditórios do agronegócio, direitos de crédito imobiliário, direito creditório judicial ou direito creditório corporativo, incluindo, mas não se limitando a, digitação de títulos em sistema de mercado de balcão; e administração, recuperação e alienação de direitos de crédito, estruturação de operações de securitização; (ix) preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente; (x) a realização de operações em mercados de derivativos, com a função de proteção de riscos de sua carteira de créditos; (xi) Aquisição, intermediação, gestão, corretagem e custódia de criptoativos; (xii) Realização de atividades auxiliares dos serviços financeiros não especificadas anteriormente; (xiii) A realização de atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral; (xiv) Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente; (xv) Promoção de conteúdo em provedores, portais e outros serviços de informação; (xvi) Corretagem na compra e venda e avaliação de imóveis; (xvii) Compra e venda de imóveis próprios; (xviii) Aluguel de imóveis próprios. A companhia é tributada pelo Lucro Real e tem sede na cidade de Curitiba, estado do Paraná, na Alameda Doutor Carlos de Carvalho, nº 417, conjunto 2104, bairro Centro, CEP: 80.410-180. As demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios findos 31 de dezembro de 2021, foram autorizadas pelo conselho de administração em 28 de abril de 2022. **2) Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas Práticas Contábeis brasileiras que compreendem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidas pelo CPC e homologados pelos órgãos reguladores, e práticas adotadas pelas entidades em assuntos não regulados, desde que atendam ao "Pronunciamento Conceitual Básico Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis emitido pelo CPC" e, por conseguinte, em consonância com as normas contábeis internacionais. **Continuidade:** As demonstrações contábeis foram elaboradas tendo como premissa que a Companhia está iniciando as atividades, e, assim irá manter-se por um futuro previsível, e ainda que existe o firme propósito de continuar suas atividades e que não se visualizou qualquer probabilidade de descontinuidade. Ainda para o lapso de doze meses, a data das demonstrações contábeis, não ficou caracterizada, por qualquer forma, inclusive por vontade da administração, a redução drástica na escala de suas operações. **3) Riscos: 3.1 Risco de mercado:** Este tipo de risco está ligado à perspectiva de eventos adversos, que impactem os preços dos ativos transacionados e/ou sua liquidez. Esse risco está associado a variáveis macro sistêmicas, como inflação, taxas de juros, taxas de câmbio e outras. **3.2 Política anti-inflacionária:** No passado, o Brasil apresentou índices extremamente elevados de inflação e vários momentos de fragilidade nos controles inflacionários. As medidas do Governo Federal realizadas para combater e controlar a meta de inflação contribuem para a incerteza econômica e aumentam a volatilidade das taxas de juros dos títulos. Essas medidas podem, no futuro, ter um efeito material desfavorável sobre a economia e sobre os ativos que lastream as Debêntures emitidas pela Companhia. **3.3 Risco Institucional:** Este risco está associado à possibilidade de eventos adversos em âmbito da legislação, da regulamentação, da autorregulação (a cargo dos próprios agentes do mercado considerado) e do cumprimento dos contratos. Eventos como mudança na legislação tributária ou em regras estabelecidas por uma entidade reguladora se enquadram nessa modalidade de risco. **3.4 Risco fiscal:** A política fiscal é o conjunto de medidas tomadas pelo governo para que haja estabilização da economia, redistribuição de renda e a alocação dos recursos. Seguindo estes parâmetros, o governo

planeja para 2022 alcançar a meta fiscal, aumentar investimentos e reter o crescimento do país. **3.5 PIS/ COFINS:** São tributos que tem a mesma base de cálculo e forma de cobrança similar, não justificando então duas contribuições com legislações próprias e quase idênticas. Assim, já é esperada a unificação dos impostos para 2022, restando, entretanto, o mercado com a expectativa de aumento das alíquotas. Havendo mudança no imposto existe o risco de a operação da Companhia sofrer um impacto direto, uma vez que suas receitas brutas são tributas pelo PIS/COFINS e atualmente estão enquadradas conforme as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do Art. 3 da Lei 9.718/1998. Se aprovado os impostos deixarão de ter o efeito da "não cumulatividade" elevando demasiadamente as alíquotas – PIS de 0,65% para 1,65% e COFINS de 4% para 7,6% – ocasionando também em um encarecimento da operação e possível fuga de clientes. **3.6 Risco Operacional:** Associado à possibilidade de eventos adversos intrinsecamente associados aos participantes do mercado, empresas e demais entidades, tal risco está ligado a práticas internas de gestão e a processos organizacionais. **3.7 Direitos Creditórios:** O principal risco incidido sobre a Companhia refere-se a possível redução dos recebimentos dos devedores de direitos creditórios causado pela instabilidade no ambiente econômico. Especialistas afirmam que em um cenário de extrema crise econômica, os recebimentos possam sofrer redução de até 50%. **3.8 Risco de Crédito:** O risco de crédito está associado à possibilidade de uma das partes de uma transação não cumprir sua obrigação com as demais, deixando de honrar compromisso financeiro assumido. **3.9 Inadimplência:** O quadro de recessão na economia afeta diretamente o ritmo de negócios e a geração de caixa das empresas. Consequentemente gera um aumento da taxa de juros por conta do cenário inflacionado e um aumento das restrições para se obter crédito, resultando assim, no aumento das taxas de inadimplência. Com o aumento significativo da inadimplência é possível que os devedores dos créditos negociados com a Companhia não tenham capacidade de cumprir com suas obrigações e, como o pagamento dos investidores das Debêntures emitidas pela Companhia está baseado no pagamento dos direitos creditórios, isto pode alterar o retorno previsto pelos investidores. **4) Principais práticas contábeis:** As demonstrações financeiras são elaboradas com o apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras são apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, provisão para receitas incorridas que ainda não foram faturadas, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões. **4.1 Moeda funcional:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, sendo o Real (R\$) a moeda funcional da Companhia. **4.2 Impostos e contribuições:** i. **Imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido – correntes:** O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R\$ 240.000 por ano e 9% de CSLL) e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social para fins de determinação de exigibilidade, quando aplicável. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. ii. **Imposto sobre serviços:** As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - Seguindo a Lei 10.684/2003, a alíquota da COFINS fixa elevada para 4% (quatro por cento) para as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do Art. 3 da Lei 9.718/1998. Entre elas as sociedades de crédito imobiliário. • Programa de Integração Social (PIS) - 0,65% • Imposto Sobre Serviços (ISS) - 2% a 5%; **4.3 Reconhecimento de despesas:** As despesas foram reconhecidas no resultado à medida da sua realização através do regime de competência. Foram reconhecidas simultaneamente com as receitas quando com estas tinham vínculo, em conformidade com o previsto na ITC 2001 (R1) emitida pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade. **4.4 Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração:** i. **Ativos financeiros – reconhecimento e mensuração:** Os ativos financeiros da Companhia são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado a valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro, que é composto pelo caixa e equivalentes de caixa, bancos conta movimento e aplicações de liquidez imediata. **4.5 Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos:** A Companhia não pratica transações significativas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações são mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes. **4.6 Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de "impairment"):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas

Demonstração do resultado dos exercícios findos em:

(Valores expressos em reais)	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida		288.458	
Receita de prestação de serviços		334.335	
(-) Custo de captação		(14.278)	
(-) Deduções da receita		(31.599)	
Despesas operacionais		(992.051)	(304.465)
Despesas gerais e administrativas		(992.051)	(304.465)
Total das despesas operacionais		(992.051)	(304.465)
Lucro antes do resultado financeiro	13	(703.593)	(304.465)
Despesas financeiras		(3.147)	(1.131)
Resultado financeiro líquido	14	(706.740)	(1.131)
Resultado antes das provisões		(3.147)	(305.596)
Prejuízo líquido dos exercícios		(706.740)	(305.596)

evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. A Administração avaliou o efeito deste procedimento e, nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 não identificou ajustes a serem contabilizados. **4.7 Provisão para redução ao valor de recuperação de direitos creditórios:** Os direitos creditórios são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, que requer a análise da carteira quanto ao atraso das operações, conforme regras e procedimentos definidos na Instrução normativa 1.700 da Receita Federal em seu art. 71. **4.8 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses, caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **4.9 Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **4.10 Tributos a compensar:** Uma vez identificado valores de tributos passíveis de compensação, seja por recolhimento indevido ou a maior, tais valores devem ser contabilizados em contas do ativo, com a correspondente atualização, de acordo com a legislação de regência. Para efeito de contabilização e cálculo na base de cálculo do IRPJ e da Contribuição Social Sobre o Lucro, os juros devem ser apropriados pelo regime de competência. A empresa deverá manter controles extracontábeis dos créditos a compensar, bem como dos valores dos juros apropriados e dos valores compensados, para fazer prova frente a possíveis questionamentos por parte do Fisco. **4.11 Informações por segmento:** O CPC 22 requer que as operações por segmento sejam identificadas com base em relatórios internos utilizados pelos tomadores de decisão com a finalidade de alocar recursos aos segmentos e avaliar sua performance. A Administração efetuou a análise mencionada e concluiu que a Companhia opera em um único segmento (securitização de créditos) e por isso não há a necessidade de nenhuma divulgação adicional. **4.12 Julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriram um ajuste ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. **4.13 Evento Subsequente:** A Companhia realizou uma análise em todos os eventos subsequentes, favoráveis, desfavoráveis, relevantes que pudessem influenciar significativamente o seu desempenho, com uma atenção especial no quesito da continuidade. Após esta análise nenhum evento importante e impactante foi constatado. Assim nenhum ajuste de saldo se fez necessário e nenhum fato importante para divulgação foi identificado em decorrência de eventos subsequentes. **5) Caixa e equivalentes de caixa:** O Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa, se aplicável. O caixa e equivalentes de caixa existentes na sociedade compõem-se da seguinte forma:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos Bancários à vista	112.266	1.098
Total de caixa e equivalentes de caixa	112.266	1.098

6) Realizável a longo prazo: A conta "Realizável a longo prazo" se refere aos lastros das emissões de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) emitidos pela Companhia, e está assim composta por:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
CRI – Salomão	1.499.878	
CRI – Pouso Redondo	950.531	
Total de Realizável a longo prazo	2.450.409	

7) Imobilizado: A conta "Imobilizado" é composta por:

Descrição	Taxa	Custo	Depreciação	Residual	Saldo
Equip. de Informát.	20%	4.502	(3.188)	1.314	2.213
Móveis e Utensílios	10%	12.805	(4.894)	7.911	9.193
Total do Imobilizado		17.307	(8.082)	9.225	11.406

8) Investimentos: A conta de "Investimentos" refere-se à participação societária em companhia controladas, e está assim disposta:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Participação societária	12.000.000	
Total de Investimentos	12.000.000	

9) Empréstimos e financiamentos: A rubrica "Empréstimos e financiamentos" está assim composta:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos nacionais	198.452	214.794
Total de empréstimos e financiamentos	198.452	214.794

10) Outras Obrigações: O saldo "Outras obrigações" é composto por contas a pagar e obrigações com companhias controladas pela Toke

Demonstração dos fluxos de caixa dos exercícios findos em:

(Valores expressos em reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro líquido antes do IRPJ e CSLL	(706.740)	(305.596)
Ajustado por:		
- Depreciação	2.181	2.181
- Remuneração de títulos e valores mobiliários	112.266	
Total	(690.281)	(303.415)
(Aumento)/Diminuição das contas ativas		
Direitos creditórios	(125.984)	
Outros créditos	54.396	65.104
Realizável a longo prazo	(2.450.409)	
Aumento/(Diminuição) das contas passivas		
Obrigações com Fornecedores	90.178	(10.000)
Otras Obrigações	12.170.213	214.794
Obrigações tributárias (exceto IRPJ e CSLL)	47.669	
Caixa proveniente/usado nas operações	9.095.782	(33.517)
Caixa líquido usado nas atividades operacionais	9.095.782	(33.517)
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos		
Aquisição de investimento	(12.000.000)	
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(12.000.000)	
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamentos		
Amortização de Empréstimos	(16.342)	
Integralização de capital social		34.000
Integralização de títulos e valores mobiliários	3.031.728	
Caixa liq. prov. das atividades de financiamentos	3.015.386	34.000
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	111.188	483
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	1.098	615
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	112.266	1.098

Demonstração dos valores adicionados dos exercícios findos em:

(Valores expressos em reais)	31/12/2021	31/12/2020
I - Receita	334.335	
1.2 - Receita De Prestação De Serviços	334.335	
II - Insuomos Adquiridos de Terceiros	989.870	302.284
II.1 - Materiais, Energia, Serv. de Terc. e Outros	989.870	302.284
III - Valor Adicionado Bruto	(655.535)	(302.284)
IV - Depreciação e Amortização e Exaustão	2.181	2.181
V - Valor Adicionado Líquido	(657.716)	(304.465)
VI - Valor Adic. Recebido em Transferência	(657.716)	(304.465)
VII - Valor Adicionado Total a Distribuir	(657.716)	(304.465)
VIII - Distribuição do Valor Adicionado	(657.716)	(304.465)
Impostos, taxas e contribuições	31.599	
Remuneração de capitais de terceiros	17.425	1.131
Remuneração de capitais próprios	(706.740)	(305.596)

Invest, e está assim disposto: a. Passivo Circulante

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Contas a pagar	170.213	
Total de Outras obrigações	170.213	

b. Passivo Não Circulante

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Obrigações com controladas	12.000.000	
Total de Outras obrigações	12.000.000	

11) Títulos e valores mobiliários: A conta "Títulos e valores mobiliários" se refere às emissões de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI), e está assim disposta:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
CRI – Pouso Redondo	1.199.850	
CRI – Salomão	1.499.878	
CRI – Sumaré	1.430.000	
(-) CRI a integralizar – Sumaré	(1.098.000)	
Remuneração de CRI	14.278	
Total de Títulos e Valores Mobiliários	3.046.006	

12) Patrimônio Líquido – Passivo a descoberto: Capital Social - O Capital Social totalmente subscrito é de R\$ 601.666,00 (seiscentos e um mil e seiscentos e sessenta e seis reais), representado por 601.666 (seiscentos e uma mil e seiscentas e sessenta e seis) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com um saldo de R\$ 36.400,00 (trinta e seis mil e quatrocentos reais) a integralizar. **Prejuízos Acumulados** - A companhia encerrou o exercício de 2021 com um saldo de R\$ 1.4

Banco Sistema S.A.

CNPJ/MF nº 76.543.115/0001-94 NIRE 41.3.0003041-3

Ata da Reunião de Diretoria realizada em 01/04/2022

1. **Data, Hora e Local:** Ao 1º dia do mês de abril de 2022, às 9h00, na sede social do Banco Sistema S.A. localizada na Rua da Glória, nº 251, 4º andar, sala 402, Edifício NEO Corporate, na Cidade de Curitiba, no Estado do Paraná ("Companhia").

2. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos membros da Diretoria da Companhia, nos termos do Estatuto Social, tendo todos os membros da Diretoria consignado que a falta de entrega da ordem do dia nos termos do referido dispositivo do Estatuto Social da Companhia não prejudicou seus respectivos votos na presente reunião.

3. **Composição da Mesa:** A reunião foi presidida pelo Sr. Bruno Duque Horta Nogueira, que convidou o Sr. Luri Rapoport, para secretariar os trabalhos.

4. **Ordem do Dia:** Aprovar a emissão de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, dentro do limite do capital autorizado, nos termos do Parágrafo 1º do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, ao preço de emissão de R\$ 383,0214 por ação.

5. **Deliberações:** Colocado em discussão o assunto único da ordem do dia, os conselheiros, por unanimidade de votos e sem ressalvas, deliberaram: 5.1. Aprovar a emissão de 7.832.461 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, dentro do limite do capital autorizado, nos termos do Parágrafo 1º do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, ao preço de emissão de R\$ 383,0214 por ação, fixado com base no § 1º, inciso II, do artigo 170 da Lei 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), conforme a Proposta da Administração elaborada para fins do § 7º do Artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações, totalizando R\$ 3.000.000.177,67 dos quais R\$ 300.000.000,00 serão destinados à conta de capital, e o montante remanescente de R\$ 2.700.000.177,67 será destinado à conta de reserva de capital da Companhia, com base no Artigo 1º, I, da Resolução CMN nº 3.605, de 29/08/2008, e no § 1º, alínea "a", do Artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações.

5.2. A finalidade da emissão de ações é permitir que a Companhia esteja em condições econômico-financeiras de fazer frente ao seu plano de negócios, conforme aprovado pelo Banco Central do Brasil em 19/12/2014.

5.3. Nos termos do disposto no § 1º do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações, serão observados seus respectivos direitos de preferência na subscrição das ações a serem emitidas, na proporção das ações que possuírem, que deverão ser exercidos no prazo de 30 dias a contar da data de publicação do respectivo aviso aos acionistas, informando, ainda, se desejam subscrever as sobras. Havendo interesse de acionistas pela subscrição de sobras de ações não subscritas, estas serão rateadas proporcionalmente às respectivas quantidades subscritas por aqueles que tenham manifestado interesse. Os acionistas que exercerem o direito de preferência na subscrição de ações, com a assinatura dos respectivos boletins de subscrição, deverão efetuar o pagamento à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição.

5.3.1. O acionista Banco BTG Pactual S.A., sociedade anônima inscrita no CNPJ sob o nº 30.306.294/0001-45, com sede localizada na Praia de Botafogo, nº 501, 5º e 6º andares, Torre Corcovado, Botafogo, CEP 22.250-040, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro ("Banco BTG") subscreve, na presente data, a integralidade das ações ora emitidas de sua titularidade, em moeda corrente nacional, conforme boletim de subscrição o qual fica arquivado na sede da Companhia ("Anexo I").

5.4. A Companhia publicará aviso aos acionistas em jornal de grande circulação no país, comunicando o aumento de capital social ora aprovado e os termos, prazos e condições para o exercício do direito de preferência pelos acionistas.

5.5. Fica consignado que o aumento de capital social deliberado será submetido e está sujeito à aprovação do Banco Central do Brasil, nos termos da regulamentação aplicável e que as quantias recebidas dos subscritores do capital serão recolhidas ao Banco Central do Brasil no prazo de cinco dias, contados do recebimento, permanecendo tais quantias indisponíveis até a solução do processo de aumento de capital, nos termos do § 1º do Artigo 27 da Lei do Sistema Financeiro Nacional.

5.6. Com a subscrição e integralização do aumento de capital ora aprovado, o capital social da Companhia passará a ser R\$ 600.000.000,00, dividido em 10.667.957 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A administração da Companhia fica desde já autorizada a convocar a assembleia geral extraordinária para formalizar a atualização quanto à nova redação do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia.

6. **Encerramento:** Todos os documentos mencionados nesta ata, devidamente rubricados pela mesa, serão arquivados na sede da Companhia. Não havendo outra matéria para ser discutida, esta ata foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes, a saber: Renato Monteiro dos Santos, João Marcello Dantas Leite, Alexandre Camara e Silva, Luri Rapoport, André Fernandes Lopes Dias e Bruno Duque Horta Nogueira. Curitiba/PR, 01/04/2022. Certifico que a presente ata é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.

Bruno Duque Horta Nogueira - Presidente: **Luri Rapoport** - Secretário. Assinatura Digital: Acesso: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/443> e utilize o código 18AF-1516-118E-EB1D. Luri Rapoport e Bruno Duque Horta Nogueira.

ATENÇÃO GESTOR

LEI Nº 14.230/2021

PUBLICAÇÕES OBRIGATÓRIAS

A negativa de publicidade dos atos oficiais constitui ato de **IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA**

É obrigatório a publicação das matérias legais e atos oficiais que envolvem processos licitatórios em Diários Oficiais e em **JORNAIS DIÁRIOS DE GRANDE CIRCULAÇÃO**

**BEM
PARANÁ**

abra
legal

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DAS AGÊNCIAS E VEÍCULOS
ESPECIALIZADOS EM
PUBLICIDADE LEGAL

Publicidade Legal

Edição Digital

WWW.BEMPARANA.COM.BR

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/80CD-D41D-D6E4-2120> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 80CD-D41D-D6E4-2120



Hash do Documento

7EC464DEE5FA9D37B35A93B8ABF5DE9484AF741E9F3A9EC2906254F4BB6C891A

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 30/06/2022 é(são) :

- Roney Rodrigues Pereira (Signatário - EDITORA BEM PARANA LTDA) - 470.195.909-00 em 30/06/2022 00:02 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - EDITORA BEM PARANA LTDA - 76.637.305/0001-70

